

**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - 4T18**

**SENHORES ACIONISTAS,**

De acordo com os dispositivos legais e estatutários, submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018, acompanhadas das notas explicativas e do relatório dos auditores independentes sobre as Demonstrações Financeiras.

**CENÁRIO ATUAL**

A Brazilian Finance & Real Estate S.A. ("BFRE" ou "Companhia") tem como objeto social a participação em outras sociedades, comerciais ou civis, nacionais ou estrangeiras, como sócia, acionista ou quotista, a participação em empreendimentos imobiliários e a participação como quotista em fundos de investimentos regularmente constituídos, e é uma empresa controlada pelo Banco Pan S.A., que detém 100,0% de seu capital total.

**DESEMPENHO FINANCEIRO**

Como resultado das atividades de investimento que a Companhia realiza, foi alcançado um lucro líquido no 4º trimestre de 2018 no montante de R\$ 776 mil, frente ao resultado positivo de R\$ 3.403 mil no 3º trimestre de 2018. Em 2018, o lucro líquido foi de R\$ 11.183 mil, comparado ao lucro líquido de R\$ 10.806 em 2017 e tendo como base um total de ativos de R\$ 184.837 mil em dezembro/2018, comparado a 2017, no total de R\$ 169.318. O patrimônio líquido totalizou R\$ 172.547 mil em dezembro de 2018.

**AUDITORES INDEPENDENTES**

De acordo com o teor da Instrução CVM nº 381, a Companhia não contratou e nem teve serviços prestados pela Pricewaterhousecoopers Auditores Independentes neste trimestre não relacionados à auditoria externa. A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do Auditor,

de acordo com critérios internacionalmente aceitos, ou seja, o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover interesses deste.

**EVENTOS SUBSEQUENTES**

Não houve evento subsequente passível de divulgação, no âmbito do CPC 24 - Evento subsequente.

**AGRADECIMENTOS**

Agradecemos aos nossos colaboradores pelo empenho e engajamento na execução da estratégia de negócios da Companhia, e aos nossos clientes, investidores e parceiros que nos honram com seu apoio e confiança.

São Paulo, 01 de fevereiro de 2019

**BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 31 DE DEZEMBRO DE 2017**  
(Em milhares de reais - R\$)

ATIVO	Nota explicativa	31/12/2018	31/12/2017	PASSIVO	Nota explicativa	31/12/2018	31/12/2017
Caixa e equivalentes de caixa	5	9	14	Provisões	9	1.658	1.014
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	6.a	62.305	58.659	Provisões para passivos contingentes		1.658	1.014
Instrumentos de dívida		62.305	58.659	Passivos fiscais	10	6.504	1.900
Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado	6.a	90.600	82.273	Impostos e contribuições sobre o lucro a pagar		4.340	-
Instrumentos de dívida		90.600	82.273	Correntes		95	160
Impostos		30.314	25.876	Diferido	7.a	2.069	1.740
A compensar		18.957	12.792	Outros passivos	11	4.128	4.694
Diferido	7.a	11.357	13.084	<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>			
Outros ativos	8	1.609	2.496	Capital social	12	107.662	107.662
				Reserva de capital		95	95
				Reserva de lucros		59.579	50.830
				Outros resultados abrangentes		5.211	3.123
				Patrimônio líquido		172.547	161.710
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>184.837</b>	<b>169.318</b>	<b>TOTAL DO PASSIVO</b>		<b>184.837</b>	<b>169.318</b>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

**DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017**  
(Em milhares de reais - R\$, exceto o lucro líquido por ação)

	Nota explicativa	31/12/2018	31/12/2017
<b>RESULTADO LÍQUIDO COM JUROS</b>		<b>12.751</b>	<b>14.396</b>
Receitas com juros e similares		12.751	14.396
(Perda)/Ganho por redução ao valor recuperável	13	(784)	(2.745)
<b>RESULTADO LÍQUIDO DE JUROS APOS (PERDAS)/GANHOS POR REDUÇÃO NO VALOR RECUPERÁVEL DE ATIVOS FINANCEIROS</b>		<b>11.967</b>	<b>11.651</b>
Despesas administrativas	14	(1.627)	(1.353)
Despesas tributárias	15	(1.694)	(1.335)
(Provisões)/Reversões líquidas	16	(644)	573
Outras receitas (despesas)	17	8.906	7.006
<b>RESULTADO OPERACIONAL ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES EM FUNDOS CONTROLADOS</b>		<b>16.908</b>	<b>16.542</b>
<b>RESULTADO DE PARTICIPAÇÃO EM FUNDOS CONTROLADOS</b>		<b>-</b>	<b>(169)</b>
<b>RESULTADO OPERACIONAL ANTES DA TRIBUTAÇÃO</b>		<b>16.908</b>	<b>16.373</b>
<b>IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b>	7.E	<b>(5.725)</b>	<b>(5.567)</b>
Imposto de renda e contribuição social correntes		(4.340)	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(1.385)	(5.567)
<b>LUCRO LÍQUIDO</b>		<b>11.183</b>	<b>10.806</b>
Lucro básico e diluído por ações ordinárias		46.792,78	45.213,25

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

**DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017  
(Em milhares de reais - R\$)**

	Reservas de Lucros				Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes	Lucros acumulados	
	Capital social	Reservas de capital	Legal	Para integridade do patrimônio líquido		acumulados	Total
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016</b>	<b>107.662</b>	<b>95</b>	<b>19.417</b>	<b>23.577</b>	<b>1.172</b>	<b>-</b>	<b>151.923</b>
Mudança na adoção inicial do CPC 48	-	-	-	(688)	1.043	-	355
<b>SALDOS EM 01 DE JANEIRO DE 2017</b>	<b>107.662</b>	<b>95</b>	<b>19.417</b>	<b>22.889</b>	<b>2.215</b>	<b>-</b>	<b>152.278</b>
Lucro líquido	-	-	-	-	-	10.806	10.806
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	-	908
<b>TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>908</b>	<b>10.806</b>	<b>11.714</b>
Dividendos	-	-	-	-	-	(3.219)	(3.219)
Reserva de lucros	-	-	678	7.846	-	(8.524)	-
Ajustes de exercícios anteriores	-	-	-	-	-	937	937
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017</b>	<b>107.662</b>	<b>95</b>	<b>20.095</b>	<b>30.735</b>	<b>3.123</b>	<b>-</b>	<b>161.710</b>
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017</b>	<b>107.662</b>	<b>95</b>	<b>20.095</b>	<b>30.735</b>	<b>3.123</b>	<b>-</b>	<b>161.710</b>
Lucro líquido	-	-	-	-	-	11.183	11.183
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	-	2.088
Transferência de reserva legal para reserva de expansão	-	-	(47)	47	-	-	-
<b>TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(47)</b>	<b>47</b>	<b>2.088</b>	<b>11.183</b>	<b>13.271</b>
Dividendos	-	-	-	-	-	(6.556)	(6.556)
Reserva de lucros (Nota 12)	-	-	290	8.459	-	(8.527)	222
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018</b>	<b>107.662</b>	<b>95</b>	<b>20.338</b>	<b>39.241</b>	<b>5.211</b>	<b>-</b>	<b>172.547</b>

**DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017  
(Em milhares de reais - R\$)**

	31/12/2018	31/12/2017
<b>LUCRO LÍQUIDO</b>	<b>11.183</b>	<b>10.806</b>
<b>ITENS QUE SERÃO SUBSEQUENTEMENTE LANÇADOS AO RESULTADO</b>	<b>2.088</b>	<b>908</b>
Ganhos e perdas não realizados de ativos financeiros disponíveis para venda	3.164	1.376
Efeito tributário	(1.076)	(468)
<b>RESULTADO ABRANGENTE TOTAL</b>	<b>13.271</b>	<b>11.714</b>
Resultado abrangente atribuível aos acionistas controladores	13.271	11.714
As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.		

**DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017  
(Em milhares de reais - R\$)**

	31/12/2018	31/12/2017
<b>RECEITAS</b>	<b>20.229</b>	<b>19.230</b>
Juros e similares	12.751	14.396
(Perda)/Ganho por redução de valor recuperável	(784)	(2.745)
Outras	8.262	7.579
<b>IMPOSTOS ADICIONADOS DE TERCEIROS</b>	<b>(1.627)</b>	<b>(1.353)</b>
Serviços de terceiros	(1.322)	(969)
<b>Outras:</b>	<b>(305)</b>	<b>(384)</b>
Serviços do sistema financeiro	(95)	(98)
Propaganda, publicidade e publicações	(70)	(82)
Processamento de dados	(2)	(4)
Comunicações	(52)	(46)
Taxas e Emolumentos	(60)	(51)
Outras	(20)	(10)
<b>VALOR ADICIONADO BRUTO</b>	<b>18.602</b>	<b>17.877</b>
<b>VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE</b>	<b>18.602</b>	<b>17.877</b>
<b>VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA</b>	<b>-</b>	<b>(169)</b>
<b>VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR</b>	<b>18.602</b>	<b>17.708</b>
<b>DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO</b>	<b>18.602</b>	<b>17.708</b>
<b>IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES</b>	<b>7.419</b>	<b>6.902</b>
Federal	7.419	6.902
Lucros retidos	11.183	10.806
As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.		

**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017  
(Em milhares de reais - R\$)**

	31/12/2018	31/12/2017
<b>FLUXO DE CAIXA DE ATIVIDADES OPERACIONAIS:</b>	<b>16.908</b>	<b>16.373</b>
<b>LUCRO LÍQUIDO ANTES DOS EFEITOS TRIBUTÁRIOS AJUSTES PARA RECONCILIAR O LUCRO ANTES DOS EFEITOS TRIBUTÁRIOS AO CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS:</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Resultado de reversão em fundos controlados	-	(573)
Constituição/(Reversão) de provisões líquidas	644	(169)
Lucros no valor recuperável de ativos financeiros	784	2.745
<b>LUCRO LÍQUIDO AJUSTADO</b>	<b>18.336</b>	<b>18.714</b>
<b>VARIAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS:</b>	<b>(1.549)</b>	<b>(10.119)</b>
Redução/(Aumento) em ativos financeiros	(6.899)	(2.140)
(Aumento)/Redução em ativos fiscais	887	(1.532)
Redução/(Aumento) em outros ativos	264	(4.869)
Aumento/(Redução) em passivos fiscais	(3)	980
<b>CAIXA LÍQUIDO (USADO)/PROVENIENTE DAS (NAS) ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>	<b>(3.163)</b>	<b>5.314</b>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO:</b>	<b>-</b>	<b>(140)</b>
Alienação/(Aquisição) de ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	6.155	(2.580)
<b>CAIXA LÍQUIDO (USADO)/PROVENIENTE DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>	<b>6.155</b>	<b>(2.580)</b>
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO:</b>	<b>(2.997)</b>	<b>(2.726)</b>
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Pagos	(2.997)	(2.726)
<b>CAIXA LÍQUIDO (USADO)/PROVENIENTE DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>	<b>(2.997)</b>	<b>(2.726)</b>
<b>REDUÇÃO/AUMENTO LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>	<b>(9)</b>	<b>8</b>
<b>CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO INÍCIO DO EXERCÍCIO</b>	<b>14</b>	<b>14</b>
<b>VARIAÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>	<b>(9)</b>	<b>8</b>
<b>INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES SOBRE O CAIXA</b>	<b>13.068</b>	<b>13.853</b>
Juros/Perdas não realizados em títulos disponíveis para venda	(3.164)	(1.376)
As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.		

	31/12/2018	31/12/2017
Depósitos bancários	9	14
<b>Total</b>	<b>9</b>	<b>14</b>

	31/12/2018	31/12/2017
<b>6) INSTRUMENTOS DE DÍVIDA</b>		
<b>a) Composição:</b>		
<b>Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes</b>	<b>62.305</b>	<b>58.659</b>
Certificado de Depósito Bancário – CDB	90.600	82.273
<b>Total</b>	<b>152.905</b>	<b>140.932</b>

	31/12/2018	31/12/2017
Até 360 dias	7.853	23.189
Acima de 360 dias	145.052	117.743
<b>Total</b>	<b>152.905</b>	<b>140.932</b>

	31/12/2018	31/12/2017
<b>c) Variações:</b>		
"Instrumentos de dívida – Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes":		
<b>Saldo do início do exercício</b>	<b>58.659</b>	<b>49.425</b>
Adições (alienações) líquidas	(6.155)	2.450
Ajuste a valor de mercado	1.975	(1.361)
Juros	6.549	6.651
Ágio/(Deságio)	1.277	1.674
<b>Saldo do fim do exercício</b>	<b>62.305</b>	<b>58.659</b>

	31/12/2018	31/12/2017
"Instrumentos de dívida – Ativos Financeiros Mensurados pelo Custo Amortizado":		
<b>Saldo do início do exercício</b>	<b>82.273</b>	<b>80.487</b>
Adições (alienações) líquidas	2.130	(4.985)
Juros	6.197	6.771
<b>Saldo do fim do exercício</b>	<b>90.600</b>	<b>82.273</b>

	31/12/2018	31/12/2017
<b>7) CRÉDITO TRIBUTÁRIO E PASSIVOS FISCAIS</b>		
<b>a) Composição do crédito tributário e passivos fiscais:</b>		
<b>Ativo</b>	<b>1.555</b>	<b>342</b>
Outras provisões (1)	539	1.653
<b>Sobre diferenças temporárias</b>	<b>2.130</b>	<b>1.995</b>
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	9.218	11.089
<b>Total do ativo</b>	<b>11.357</b>	<b>13.084</b>

	31/12/2018	31/12/2017
(1) Alteração no saldo publicado em 31/12/2017 pela adequação ao CPC 48 no montante de R\$12.268.		
<b>Passivo</b>	<b>(2.069)</b>	<b>(1.740)</b>
Provisão para impostos e contribuições	(2.069)	(1.740)
<b>Total do passivo (Nota 10)</b>	<b>(2.069)</b>	<b>(1.740)</b>

	31/12/2018	31/12/2017
<b>b) Movimentação dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social:</b>		
<b>Imposto de renda</b>	<b>13.084</b>	<b>13.084</b>
<b>Contribuição social</b>	<b>1.280</b>	<b>1.280</b>
<b>Saldo do início do exercício</b>	<b>9.621</b>	<b>8.800</b>
(+) Constituição de créditos	1.035	371
(-) Realização de créditos	(2.500)	(900)
Remensuração pela adoção do CPC 48	196	71
<b>Saldo do fim do exercício</b>	<b>8.352</b>	<b>9.621</b>

	31/12/2018	31/12/2017
<b>c) Movimentação do imposto de renda corrente e diferido passivo:</b>		
<b>Imposto de renda</b>	<b>1.280</b>	<b>1.280</b>
<b>Contribuição social</b>	<b>1.740</b>	<b>1.740</b>
<b>Saldo do início do exercício</b>	<b>(1.280)</b>	<b>(1.740)</b>
(-) Realização de passivos	(242)	(87)
<b>Saldo do fim do exercício</b>	<b>(1.522)</b>	<b>(2.069)</b>

	31/12/2018	31/12/2017
<b>d) Projeção de realização e valor presente dos créditos tributários:</b>		
A projeção de realização do crédito tributário foi elaborada com base em revisão do estudo do cenário atual e futuro, efetuada em 31/12/2018, cujas premissas principais utilizadas nas projeções foram os indicadores macroeconômicos, indicadores de produção e custo de captação, o ingresso de recursos por meio do reforço de capital e realização de ativos. A referida projeção de realização de crédito tributário, em 01/02/2019.		
O imposto de renda e a contribuição social diferidos serão realizados à medida que as diferenças temporárias sejam revertidas ou se enquadrarem nos parâmetros de dedutibilidade fiscal ou quando os prejuízos fiscais forem compensados.		
Apresentamos a seguir a estimativa de realização desses créditos:		

	31/12/2018	31/12/2017
<b>Imposto de renda e contribuição social sobre diferenças temporárias</b>	<b>9.218</b>	<b>11.089</b>
<b>Imposto de renda e contribuição social sobre prejuízos fiscais</b>	<b>2.130</b>	<b>1.995</b>
<b>Total</b>	<b>11.348</b>	<b>13.084</b>

	31/12/2018	31/12/2017
<b>Ano</b>	<b>31/12/2018</b>	<b>31/12/2017</b>
2018	-	706
2019	21	1
2020	301	780
2021	218	796
2022	27	978
2023	17	1.093
2024	-	1.255
2025	-	1.414
2026	-	1.585
2027	-	614
2028	1.555	1.288
<b>Total</b>	<b>2.139</b>	<b>1.995</b>

	31/12/2018	31/12/2017
Em 31/12/2018, o valor presente dos créditos tributários, calculados considerando a taxa média de captação do Banco PAN S.A. totalizava R\$ 5.988 (R\$ 7.933 em 31/12/2017).		
<b>e) Lucro operacional com imposto de renda e contribuição social:</b>	<b>11.357</b>	<b>13.084</b>
<b>Lucro operacional antes da tributação</b>	<b>16.908</b>	<b>16.373</b>
Encargos / crédito total do imposto de renda e contribuição social	(5.749)	(5.567)
Outros valores	24	-
<b>Total</b>	<b>(5.725)</b>	<b>(5.567)</b>

	31/12/2018	31/12/2017
<b>8) OUTROS ATIVOS</b>		
Títulos e créditos a receber	858	877
Pagamentos a ressarcir	-	586
Valores a receber de sociedade ligadas	747	1.029
Despesas antecipadas	4	4
<b>Total</b>	<b>1.609</b>	<b>2.496</b>

	31/12/2018	31/12/2017
<b>9) PROVISÕES</b>		
Em 31/12/2018 e 31/12/2017, a Companhia possui registradas provisões para passivos contingentes cuja probabilidade de perda é provável, conforme demonstrado a seguir:		
<b>a) Composição:</b>	<b>1.655</b>	<b>920</b>
Processos trabalhistas	1.655	920
Processos cíveis	3	94
<b>Total</b>	<b>1.658</b>	<b>1.014</b>

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
(Em milhares de reais, exceto quando informado)**

**1) CONTEXTO OPERACIONAL**

A Brazilian Finance & Real Estate S.A. (BFRE, Companhia ou Instituição), controlada direta do Banco PAN S.A. (Banco PAN), tem como objeto social a participação em outras sociedades, nacionais ou estrangeiras, como sócia ou acionista, a participação em empreendimentos imobiliários e a participação como quotista em fundos de investimentos regularmente constituídos. As atividades empresariais são suportadas por uma estrutura única do grupo que provê, de forma integrada, toda a base tecnológica, o processamento e os controles: operacional, comercial, administrativo, financeiro e legal necessários à realização das suas atividades e atualmente não possui ativos relevantes. Os custos provenientes dessas utilizações são alocados, conforme praticável, por meio de rateio entre as instituições.

**2) BASES DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**  
As demonstrações financeiras da Brazilian Finance & Real Estate S.A. foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com os padrões internacionais de relatórios financeiros (*International Financial Reporting Standards – IFRS*), implementados no Brasil através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). As demonstrações financeiras, referentes ao exercício findo em 31/12/2018, foram aprovadas pela Diretoria em 01/02/2019.

**3) PRINCIPAIS PRÁTICAS E ESTIMATIVAS CONTÁBEIS**  
As demonstrações financeiras foram elaboradas com base nas normas internacionais vigentes até 31/12/2018.

As principais mudanças identificadas pela Instituição foram em virtude da adoção do CPC 48 – Instrumentos Financeiros e estão relacionadas a classificação, mensuração e redução do valor recuperável (*impairment*) de ativos financeiros. Maiores detalhes sobre os novos requerimentos de classificação e políticas contábeis adotadas constam na nota 3b. As práticas contábeis e os critérios de apuração utilizados na elaboração destas demonstrações financeiras foram os seguintes:

**a) Moeda funcional e moeda de apresentação:**  
As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, moeda funcional do Banco PAN.

**b) Definições, reconhecimento e classificação dos instrumentos financeiros:**  
**Definições e reconhecimento**  
Instrumento financeiro: é qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento de patrimônio para outra entidade.

Um instrumento de patrimônio: é qualquer contrato que represente uma participação residual no ativo da entidade emissora depois de deduzida a totalidade de seu passivo.  
Valor justo: valor pelo qual o instrumento financeiro poderia ser adquirido ou vendido por duas partes bem informadas, agindo deliberadamente e com prudência, em uma transação em condições regulares de mercado. A referência mais objetiva e comum para o valor justo de um instrumento financeiro é o preço de mercado por ele em um mercado ativo, transparente e significativo ("preço cotado" ou "preço de seriação"). O instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados estiverem prontamente e regularmente disponíveis de negociação, negociante, corretor, grupo industrial, serviço de preços ou agência reguladora, e se esses preços representarem transações de mercado reais e que ocorram regularmente em base em que não exista relacionamento próximo às partes.

O valor justo na data do negócio equivale ao preço de ocorrência. Especificamente, o valor justo dos derivativos financeiros negociados em bolsa incluídos nas carteiras de ativos ou passivos financeiros para negociação é considerado o valor justo cotado diretamente. Se, por razões excepcionais, não for possível apurar o preço cotado em uma data específica, esses derivativos são mensurados adotando-se métodos similares aos utilizados para mensurar os derivativos negociados em mercado de balcão.

Taxa efetiva: é a taxa de desconto que corresponde exatamente ao valor inicial do instrumento financeiro em relação à totalidade de seus fluxos de caixa estimados, de todas as espécies, ao longo de sua vida útil remanescente. No caso dos instrumentos financeiros de taxa fixa, a taxa de juro efetiva coincide com a taxa de juro contratual definida na data da contratação, adicionados, conforme o caso, as comissões e os custos de transação que, por sua natureza, façam parte de seu retorno financeiro. No caso de instrumentos financeiros de taxa variável, a taxa de juro efetiva coincide com a taxa de retorno vigente em todos os compromissos até a data de referência seguinte de renovação dos juros.

Modelo de negócio: documento que demonstra como os grupos de ativos financeiros são gerenciados em conjunto para atingir os objetivos de caixa. O modelo de negócio determina se os fluxos de caixa resultam da obtenção dos fluxos de caixa contábeis, venda do ativo financeiro ou ambos. Fluxos de caixa contratuais que atendem o critério de principal e juros: são ativos financeiros compostos somente por principal e juros, onde o principal é o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial, podendo mudar ao longo do tempo

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**  
(Em milhares de reais, exceto quando informado)

**b) Variações:**

	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo em 31/12/2017	920	94	1.014
Constituições líquidas de reversões	735	(91)	644
Saldo em 31/12/2018	1.655	3	1.658

**10) PASSIVOS FISCAIS**

	31/12/2018	31/12/2017
Impostos e contribuições sobre o lucro a pagar	4.340	-
Provisão para imposto de renda diferido (Nota 7a)	2.069	1.740
COFINS a recolher	76	128
PIS a recolher	15	25
Outros	4	7
<b>Total</b>	<b>6.504</b>	<b>1.900</b>

**11) OUTROS PASSIVOS**

	31/12/2018	31/12/2017
Dividendos a pagar	2.656	3.219
Valores a pagar a sociedades ligadas	1.343	1.343
Outros	129	132
<b>Total</b>	<b>4.128</b>	<b>4.694</b>

**12) PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

**a) Composição do patrimônio líquido em quantidade de ações:**  
O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 107.662 em 31/12/2018 e 31/12/2017. Encontra-se dividido em ações nominativas escriturais e, sem valor nominal, conforme descrito no quadro abaixo:

	31/12/2018	31/12/2017
Ordinárias	239	239
Preferenciais	478	478
<b>Total</b>	<b>717</b>	<b>717</b>

**b) Reserva Legal:** Nos termos do estatuto social da BFRE, do lucro líquido apurado anualmente, após a dedução do prejuízo acumulado e da provisão para o imposto de renda, será destacada uma quantia equivalente a 5% (cinco por cento) do lucro para formação da reserva legal, até que atinja 20% (vinte por cento) do capital social da Companhia. Nos termos do artigo 193, §1º, da Lei nº 6.404/76, a BFRE poderá deixar de destinar parcela do lucro líquido para a reserva legal no exercício em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital, exceder a 30% do capital social.

**Reserva para Integridade do Patrimônio Líquido** – Tem por fim assegurar recursos para atender às necessidades regulatória e operacional de valor de patrimônio líquido da Companhia, podendo ser convertida em capital social por deliberação do Conselho de Administração. Observado o limite do capital autorizado, e poderá ser formada de acordo com proposta do Conselho de Administração, com até 100% do lucro líquido que remanescer após as destinações dos lucros apurados anualmente, não podendo ultrapassar o valor do capital social da Companhia.

**c) Dividendos:**  
Aos acionistas é assegurado o recebimento de dividendo mínimo de 25% sobre o lucro líquido anual, nos termos do Artigo 202 da Lei nº 6.404/76, atualizada pela Lei nº 11.638/07.

**Ajustes de avaliação patrimonial:**  
Os ajustes da avaliação "patrimonial" incluem os valores, líquidos do efeito tributário decorrente, dos ajustes de valor justo dos ativos classificados como ativos financeiros disponíveis para a venda e são reconhecidos temporariamente no patrimônio e apresentadas na demonstração das mutações do patrimônio líquido até que sejam extintos ou realizados, quando são reconhecidos definitivamente na demonstração do resultado.

**d) Lucro básico e diluído por ação:**  
O lucro por ação básico foi calculado com base na quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, demonstrado a seguir:

**Lucro Básico e Diluído por Ação**

	31/12/2018	31/12/2017
Lucro atribuível aos acionistas ordinários da Companhia	11.183	10.806
Número Ponderado de ações ordinárias em circulação	717	717
Lucro por Ação Básico atribuível aos acionistas ordinários da Companhia - em R\$	46.792,78	45.213,25

**13) RECEITA LÍQUIDA COM JUROS**

	31/12/2018	31/12/2017
Juros CRI	6.549	6.651
Rendas sobre CDB	6.197	6.771
Ágio/deságio sobre aquisição de CRI	1.277	1.674
Resultado na venda de CRI	(1.272)	(700)
<b>Total</b>	<b>12.751</b>	<b>14.396</b>

**14) OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS**

	31/12/2018	31/12/2017
Serviços de terceiros	1.322	969
Serviços do sistema financeiro	95	98
Propaganda, publicidade e publicações	70	82
Taxas e emolumentos	60	51
Comunicações	52	46
Processamento de dados	2	4
Outras	26	103
<b>Total</b>	<b>1.627</b>	<b>1.353</b>

**15) DESPESAS TRIBUTÁRIAS**

	31/12/2018	31/12/2017
Contribuição à COFINS	1.425	1.124
Contribuição ao PIS	269	211
<b>Total</b>	<b>1.694</b>	<b>1.335</b>

**16) PROVISÕES (LÍQUIDAS)**

	31/12/2018	31/12/2017
Riscos trabalhistas	(735)	579
Riscos cíveis	91	(6)
<b>Total</b>	<b>(644)</b>	<b>573</b>

**17) OUTRAS RECEITAS (DESPESAS)**

	31/12/2018	31/12/2017
Variação monetária ativa	-	138
Reembolso de despesas	3	17
Lucro de créditos adquiridos	9.058	6.751
Lucro na alienação	75	100
Baixa de ativo	(586)	-
<b>Total</b>	<b>8.906</b>	<b>7.006</b>

**18) PARTES RELACIONADAS**  
As transações com partes relacionadas (diretas e indiretas) são efetuadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

**a) A tabela a seguir demonstra os saldos e transações com partes relacionadas:**

	31/12/2018		31/12/2017	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo

	31/12/2018		31/12/2017	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
<b>Banco PAN</b>	<b>87.337</b>	<b>78.709</b>	<b>6.197</b>	<b>6.772</b>
Disponibilidades	Controlador direto	Sem prazo	6	5
Valores a Receber	Controlador direto	Sem prazo	730	993
Certificado de depósito bancário - CDB (a)	Controlador direto	06/12/2021	90.600	82.273
Dividendos a Pagar	Controlador direto	31/12/2019	(2.656)	(3.219)
Valores a Pagar (b)	Controlador direto	Sem prazo	(1.343)	(1.343)
<b>Pan Arrendamento Mercantil S.A.</b>	<b>17</b>	<b>36</b>	-	-
Valores a receber	Coligada	Sem prazo	17	36

(a) Referem-se a aplicações em certificados de depósitos bancários, os quais são atualizados pelo percentual de 100,00% do CDI; e  
(b) Refere-se basicamente ao saldo remanescente da redução de capital da Companhia, conforme AGE de 18/09/2013.

**19) INSTRUMENTOS FINANCEIROS**

**Gestão de Riscos**  
A BFRE possui exposição em ativos e passivos, cujos registros são efetuados em contas patrimoniais e de resultado.

A Administração é responsável por estabelecer a política de risco e os limites de exposição. A responsabilidade por identificar, avaliar, monitorar e informar o cumprimento das diretrizes de risco estabelecidas pela Administração é da Diretoria de Controladoria e Compliance que mantém relação de independência em relação às áreas de negócios e de operações.

**Bastão de Capital**  
A BFRE considera a gestão de capital como um processo estratégico que é executado de forma a otimizar o consumo do capital disponível, contribuindo para o alcance dos objetivos da Instituição e sempre dentro dos limites de capital estabelecidos pelo órgão regulador.

A estrutura de gerenciamento de capital da BFRE é compatível com a natureza de suas operações, com a complexidade de seus produtos e serviços e com sua exposição a riscos.

**Risco de Crédito**  
Define-se o risco de crédito como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, de perda de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação.

A gestão de risco de crédito é composta por políticas e estratégias de gerenciamento de risco de crédito, limites operacionais, mecanismos de mitigação de risco e procedimentos destinados a manter a exposição ao risco de crédito em níveis aceitáveis pela Instituição.

**Risco de Mercado**  
Refere-se à possibilidade de perdas associadas à oscilação de taxas, descasamentos de prazos e moedas das carteiras ativas e passivas do Consolado. Esses riscos são gerenciados diariamente por meio de metodologias aderentes às melhores práticas.

As operações estão expostas aos seguintes fatores de risco: taxa de juros prefixada, taxa de juros vinculada à variação cambial e seu respectivo spot, taxa de juros vinculada aos Índices de Preço (INPC, INCC, IPCA e IGPM), além de outras taxas de juros (TR), à variação cambial (US\$) e variações dos preços de ações.

Os instrumentos financeiros são segregados nas seguintes Carteiras:  
**Carteira Trading:** consiste em todas as operações com instrumentos financeiros, inclusive derivativos, detidas com intenção de negociação ou destinadas a hedge de outros instrumentos da carteira de negociação. As operações detidas com intenção de negociação são aquelas destinadas à revenda, obtenção de benefícios dos movimentos de preços, efetivos ou esperados, ou realização de arbitragem.

**Carteira Banking:** todas as operações não classificadas na carteira trading. Consistem nas operações estruturais provenientes das linhas de negócio da Instituição e seus eventuais hedges.

**Análise de Sensibilidade em 31/12/2018**

Fatores de Risco	Carteira trading e Banking exposições sujeitas à variação:	Cenários		
		(1) Provável	(2) Possível	(3) Remoto
Taxas de Juros (Pré)	Taxas de Juros Prefixadas (aumento)	(5)	(1.111)	(2.008)
Cupom de índice de preços	Taxas dos cupons de índice de preços	(16)	(1.886)	(3.567)
Cupom de outras taxas de juros	Taxas dos cupons de outras taxas de juros	(10)	(2.316)	(4.231)
<b>Total em 31/12/2018</b>		<b>(31)</b>	<b>(5.313)</b>	<b>(9.806)</b>
<b>Total em 31/12/2017</b>		<b>(35)</b>	<b>(6.552)</b>	<b>(12.371)</b>

A análise de sensibilidade foi efetuada a partir dos dados de mercado do último dia do mês de setembro de 2018, sendo considerados sempre os impactos negativos nas posições para cada cenário. Os efeitos desconsideram a correlação entre os vértices e os fatores de risco e os impactos fiscais.

**Cenário 1:** Foi aplicado o choque (aumento ou redução) de 1 ponto base (0,01%) na estrutura a termo de taxas de juros em todos os vértices/prazos. Exemplo: Taxa de 10% ao ano torna-se 10,01% ao ano ou 9,99% ao ano. Para moedas estrangeiras e ações, foi considerado choque de 1% ao ano sobre o preço vigente.

**Cenário 2:** Foi aplicado o choque (aumento ou redução) de 25% nas taxas (aplicação do multiplicador de 1,25). Exemplo: Taxa de 10% ao ano torna-se 12,50% ao ano ou 7,50% ao ano. Para moedas estrangeiras e ações, foi considerado choque de 25% sobre o preço vigente.

**Cenário 3:** Foi aplicado o choque (aumento ou redução) de 50% nas taxas (aplicação do multiplicador de 1,50). Exemplo: Taxa de 10% ao ano torna-se 15% ao ano ou 5% ao ano. Para moedas estrangeiras e ações, foi considerado choque de 50% sobre o preço vigente.

É importante ressaltar que os resultados dos cenários (2) e (3) referem-se a simulações que envolvem fortes situações de stress, não sendo considerados fatores de correlação entre os indexadores. Eles não refletem eventuais mudanças ocasionadas pelo dinamismo de mercado, consideradas como baixa probabilidade de ocorrência, e envolvem, por ações que possam vir a ser tomadas pela própria Instituição para reduzir eventuais riscos envolvidos.

**Risco de Liquidez**  
O Risco de Liquidez é definido como a possibilidade de a Instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e suas, com o risco de perdas significativas; e ainda, a possibilidade de a Instituição não conseguir negociar a prazo de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade nos mercados.

São realizados acompanhamentos constantes da situação de liquidez, dos descasamentos entre os fatores de risco primários, taxas e prazos dos ativos e passivos da carteira.

A BFRE mantém níveis de liquidez adequados, resultante da qualidade dos seus ativos, e do controle do risco, em consonância com a Política de Gerenciamento do Risco de Liquidez estabelecida pela Administração e o Conselho de Administração (Resoluções nº 2.804/00 e nº 4.090/12). Os resultados das análises dos gaps de liquidez são apresentados quinzenalmente no Comitê de Tesouraria.

**Risco Operacional**  
Refere-se à possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. Essa definição inclui o risco legal que é o risco associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela Instituição, bem como as sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela Instituição.

A estrutura de gerenciamento de risco operacional é composta pelas diversas áreas e comitês do Conglomerado que participam do processo de gerenciamento do risco operacional e legal, com seus respectivos papéis e responsabilidades, e que prezam pela segregação de funções, pela busca de sinergia entre as unidades, eficiência, eficácia e efetividade dos processos, além do respeito aos limites e apetite aos riscos definidos pela administração do Conglomerado.

Em atendimento aos requisitos estabelecidos pela Circular BACEN nº 3.678/13, estão sendo disponibilizadas as informações sobre o processo de gerenciamento de riscos, que podem ser consultadas no site [www.bancopan.com.br/relatorio](http://www.bancopan.com.br/relatorio) de Gerenciamento de Riscos. São Paulo, 01 de fevereiro de 2019.

**A DIRETORIA** **CONTADOR - Gregório Moreira Franco - CRC 1SP219426/O-2**

**RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Aos Administradores e Acionistas **Brazilian Finance & Real Estate**

**Opinião**  
Examinamos as demonstrações financeiras da Brazilian Finance & Real Estate ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e do fluxo de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Brazilian Finance & Real Estate em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

**Base para opinião**  
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nessas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Principais Assuntos de Auditoria**  
Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Nossa auditoria em 2018 foi planejada e executada considerando que as operações da Companhia não apresentaram modificações significativas em relação ao ano anterior. Nesse contexto, o Principal Assunto de Auditoria, bem como nossa abordagem de auditoria, manter-se substancialmente alinhado aquele do ano anterior.

**Porque é um PAA**  
**Mensuração do valor justo de instrumentos de dívida (Notas explicativas 3b (iii) e 6(a))**  
A Companhia possui certificados de recebíveis imobiliários classificados como disponível para venda. A mensuração do valor justo desse instrumento de dívida é uma área que envolve subjetividade, uma vez que depende de técnicos de avaliação que utilizam premissas de mercado e internas em seu processo de mensuração. Os certificados de recebíveis imobiliários são atrelados a créditos com garantias imobiliárias, além de considerar o risco de crédito da contraparte que se trata de uma empresa do mesmo grupo econômico. Esses riscos possuem em sua mensuração o risco de crédito, o que torna o gerenciamento de risco complexo, especialmente em momentos de alta volatilidade. Com base no exposto acima, continuamos considerando essa uma área de foco em nossa auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria  
Analisamos a metodologia de valorização dos certificados de recebíveis imobiliários, bem como as premissas adotadas pela Administração na mensuração do valor justo. Reexaminamos, em base amostral, a valorização dos certificados, comparando as premissas e metodologias utilizadas pela Administração a consistência dessas metodologias. Consideramos que os critérios adotados pela Administração na mensuração do valor justo desses certificados de recebíveis imobiliários são razoáveis em seus aspectos mais relevantes e no contexto das demonstrações financeiras.

**Outros assuntos**  
**Demonstrações do valor adicionado**  
As demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e estão sendo apresentadas de forma voluntária pela Companhia, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

**Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor**  
A administração da Brazilian Finance & Real Estate S.A. é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

**Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras**  
A administração da Brazilian Finance & Real Estate S.A. é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

**Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**  
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria.

Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos as adequações das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivos divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras e os divulgados e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança, a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.
- Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.
- Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 01 de fevereiro de 2019

**pwc** PricewaterhouseCoopers  
Auditores Independentes  
CRC 2SP000160/O-5

**Carlos Augusto da Silva**  
Contador CRC 1SP197007/O-2

**APLICAÇÃO MÍNIMA DE R\$ 100**

**NO PAN, FICOU MUITO MAIS FÁCIL INVESTIR. E FAZER O DINHEIRO RENDER, TAMBÉM.**

**Baixe o App PAN Investimentos e faça seu dinheiro render mais.**

DISPONÍVEL NO **Google Play** **App Store**

**Banco PAN**